

É PRECISO ENFRENTAR A QUESTÃO DA MÁ NUTRIÇÃO E DO ÁLCOOL

Por Paula Johns, diretora-executiva da Aliança de Controle do Tabagismo

Após 22 anos da realização da Primeira Conferência Internacional sobre Alimentação e Nutrição (ICN1) em 1992, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) organizaram a segunda conferência sobre o tema (ICN2) em 2014. Com base na declaração de Roma (<http://www.fao.org/3/a-ml542e.pdf>) e da *Framework for Action* (<http://www.fao.org/3/a-mm215e.pdf>), acordadas pelos países membros da ONU, é possível fazer diversas análises, das mais pessimistas às mais otimistas, a depender de como se enxerga o espectro das soluções apresentadas. É aquela velha história de que podemos enxergar o copo meio cheio ou meio vazio. Olhando para a situação atual no mundo hoje, pode-se afirmar que o problema da desnutrição, que engloba tanto os subnutridos quanto os obesos, piorou consideravelmente. O número de subnutridos reduziu pouco e o índice de obesidade, hipertensão, e outras doenças crônicas associadas aumentaram consideravelmente. Ou seja, em 22 anos, o problema se agravou. Vivemos o paradoxo de termos milhões de obesos desnutridos, que consomem calorias vazias de nutrientes em excesso, ao mesmo tempo que ainda não eliminamos a fome no mundo.

Em termos de visão e compromisso com a abordagem baseada no direito humano a alimentação adequada, que resolveria tanto o problema dos subnutridos por falta de comida quanto o dos obesos subnutridos, o melhor documento é o da sociedade civil e movimentos sociais

(http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/987_declaracao_sociedade_civil_nutricao.pdf).

A propósito, a esperança de alcançar soluções reais, com políticas públicas claras, para uma mudança profunda no atual sistema de produção de alimentos, exige o fortalecimento da participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na definição e defesa dessas políticas.

As mudanças necessárias passam, entre outros itens, por medidas regulatórias, como restrição de marketing de produtos alimentícios ricos em calorias e vazios de nutrientes, rotulagem informativa livre de falsas alegações, aumento de preços de produtos alimentícios ultra processados, diminuição de preços de alimentos saudáveis e melhoria no acesso a esses alimentos. Esse desafio envolve, inclusive, subsídios que terminam por influenciar a composição do preço final dos alimentos. As externalidades de modelos de produção poluentes, dominados por grandes corporações, e que prejudicam a soberania alimentar dos agricultores familiares, deveriam passar a ser computadas e agregadas ao preço final. Isso por si só já teria impacto em criar um ambiente de mercado mais favorável aos pequenos empreendedores, distribuidores, produtores e agricultores familiares.

Um dos mantras atuais para enfrentar os desafios relativos à desnutrição é a necessidade de trabalhar com todos os setores da sociedade e de estabelecer parcerias com o setor privado. Não há dúvidas de que a tarefa de plantar, colher e distribuir alimentos para sete bilhões de pessoas requer a participação de toda a sociedade, inclusive da iniciativa privada. A questão é que precisamos qualificar melhor qual o segmento da iniciativa privada deve ser envolvido na formulação de políticas e qual segmento deve ser regulado pela sociedade.

No caso da alimentação, várias das corporações multinacionais que estão causando os problemas da obesidade estão se oferecendo para ser parte da solução. Ora, para ser parte da solução, bastaria não se opor às medidas regulatórias citadas acima referentes a marketing, políticas fiscais e rotulagem. Hoje, pode-se afirmar que isso não acontece e o que vemos é uma prática de negócios que não difere das táticas da indústria do tabaco na defesa do seu negócio. No entanto, ainda temos um longo caminho na compreensão da raiz do atual problema da desnutrição para que consigamos de fato reverter o quadro atual. Para que se tenha uma ideia do tamanho do desafio, hoje, manter o grau de obesidade estável é considerado uma meta bastante ambiciosa por especialistas na área.

No Brasil demos um passo muito importante com a publicação do Novo Guia Alimentar para a População Brasileira (<http://nupensusp.wix.com/nupens#!novo-guia-alimentar>). Se as políticas públicas para a melhoria da qualidade da alimentação do brasileiro se basearem nas recomendações do guia já teremos dado um grande passo na direção correta.

Na área do álcool, também temos um desafio enorme pela frente no que tange à forma como a questão vem sendo debatida na sociedade. Nas tentativas de regulação da publicidade do álcool, é comum ouvirmos o contra argumento de que restrições ferem a liberdade individual. Outro argumento recorrente é a questão da responsabilidade dos pais. O que dizer quando a falta de políticas claras de regulação tem efeitos numa das maiores universidades do país? Por um lado, a universidade decide restringir as festas, ao mesmo tempo em que um de seus professores lidera uma organização não governamental que tem patrocínio da Ambev, que busca convencer governo e opinião pública de que marketing não é para vender cerveja. O que dizer de eventos patrocinados para os universitários onde o prêmio para a festa mais animada é uma banheira lotada de cerveja? Enfim, esse é mais um exemplo de uma área onde parece que uma espécie de miopia não nos deixa enxergar as raízes de um problema. Leia mais aqui: <http://www.actbr.org.br/dcnt/noticias-conteudo.asp?cod=2579>